

# MEMÓRIAS DE PESQUISA: A HISTÓRIA DE VIDA CONTADA POR MULHERES VIGIADAS E PUNIDAS

## 1 Introdução

O presente estudo se insere no contexto do sistema penitenciário feminino e, empiricamente, tem como tema as relações entre violência, prisão, tráfico e maternidade, enfatizando as vinculações existentes entre a trajetória de vida de mulheres e a sua participação no “mundo do crime”. A delimitação da investigação gravitou em torno das mulheres que foram condenadas por tráfico de drogas e àquelas que passaram pela experiência da maternidade e encontram-se presas no Centro de Ressocialização Júlia Maranhão, instituição penal feminina localizada em João Pessoa-PB.

A pesquisa mencionada buscou preencher uma lacuna nos estudos sobre o aprisionamento feminino, com base em análises existentes no Brasil sobre o tema, apesar das investigações ainda serem muito escassas, sobretudo em função de haver um número significativo de presídios que abrigam ambos os sexos, conhecidos como presídios mistos, razão por que as particularidades das instituições femininas ficaram, de certa forma, desamparadas dos procedimentos teóricos acadêmicos.

Ao final da pesquisa (outubro de 2011), a Penitenciária Feminina Maria Júlia Maranhão possuía 242 internas. Deste total, cinco estavam, na ocasião da pesquisa, gestantes e 13 tinham filhos recém-nascidos ainda sob os cuidados da mãe<sup>1</sup>. Cerca de 70% das apenas daquela Unidade cumprem pena por tráfico de drogas. Elas se envolveram com chefes do tráfico e algumas acabaram assumindo os “negócios” dos companheiros, quando foram presos ou mortos.

A pesquisa foi norteadada pelos seguintes objetivos: Realizar um estudo sobre a trajetória de vida das mulheres encarceradas, visando investigar até que ponto a violência presente nessa trajetória de vida influenciou a prática de atos criminosos e Investigar a relação entre maternidade e prisão, numa tentativa de desvendar que impactos a questão da maternidade ocupa na vida da mãe-presas.

---

<sup>1</sup>A lei 11.942, de 28 de maio de 2009, inseriu na Lei de Execução Penal, novos direitos para as presidiárias gestantes, parturientes e também as que têm filhos com até sete anos. Elas têm o acompanhamento médico assegurado, desde o pré-natal até o pós-parto, extensivo ao recém-nascido.

## **2 Metodologia da Pesquisa**

A pesquisa de campo foi realizada entre os meses de março a novembro de 2011, totalizando 46 (quarenta e seis) entrevistas com mulheres encarceradas, envolvidas com o tráfico de drogas. Os depoimentos mostraram que todas experimentaram processos de violência e 37 (trinta e sete) vivenciaram a maternidade.

Na coleta de dados fizemos uso da técnica da história de vida, cuja permitiu captar, o desenvolvimento da rotina das apenadas, suas angústias e os problemas que as cercavam a cada momento. Assim, foi possível construir suas histórias de vida e, extrapolando os estereótipos da prisão, tirar algumas conclusões sobre sua condição de mãe-presas e criminosas.

Em algumas entrevistas, foi possível o uso do gravador, facilitando bastante o trabalho de captação de informações. Mas, em outras, o uso deste recurso não foi possível, ou pelo fato da própria presa não autorizar, ou porque no momento da entrevista havia muito barulho, ou ainda, porque outra detenta se encontrava muito próximo, inclusive dando palpites ou interrompendo nosso diálogo. Assim, na tentativa de não perder detalhes importantes das narrativas, fazia rápidas anotações e, assim que chegava a um lugar tranquilo reescrevia o relato enquanto as informações estavam recentes na minha memória.

A base das reflexões são as narrativas das próprias mulheres que revelam também suas próprias impressões sobre as violências a que foram ou que ainda são submetidas, bem como a experiência da maternidade na prisão.

## **3 Resultados e Discussão**

A população carcerária investigada é composta por mulheres jovens, pobres, negras e pardas, pessoas com histórias de vida marcadas pela miséria, pela violência e pelo descaso estatal. Mulheres que, provavelmente, compartilham históricos de desigualdade e humilhação bastante semelhantes, levando-se em consideração os signos de classe social, gênero e cor que carregam.

De acordo com a observação realizada ao longo da pesquisa, a participação feminina no tráfico de drogas está concentrada na venda em bocas-de-fumo, no transporte - atuando como “mulas” ou levando as drogas para dentro dos

estabelecimentos prisionais - e, ainda, no armazenamento destas drogas dentro de suas residências.

Na análise dos dados, verificou-se que as mulheres presas, quase sempre, atribuem seu envolvimento criminoso às relações conjugais, afirmando, incisivamente, que o companheiro foi o responsável direto, pela sua inserção no mundo do crime ou na prisão. Desta feita, há uma tendência desta mulher atuar numa posição de submissão em face do homem que ama e, em função dessa circunstância, acaba por envolver-se na “vida do crime”.

Assim, passivas e emocionalmente envolvidas, aceitam, sem pedir praticamente nada em troca, aventurar-se no cenário do crime e, somente quando confinadas, percebem os perigos de tal envolvimento. Acerca dessa questão, muitas costumam afirmar que essa paixão foi sua perdição: *“Quando a gente está apaixonada, fica cega e é capaz de tudo para ficar com o homem que a gente ama, até matar, se for o caso”*. (Leila, 28 anos).

Os dados de nossa pesquisa corroboram também com os estudos de Zaluar e mostram que a prisão, tanto pela privação de liberdade quanto pelos abusos que ocorrem em seu interior, constitui apenas mais um elo de uma cadeia de múltiplas violências que conformam a trajetória de uma parcela da população feminina.

Nessa etapa da pesquisa, carregávamos a certeza de que este estudo representava uma pequena parte do encarceramento de mulheres: um lugar diferente, que, apesar de possuir as características de uma instituição prisional fechada e repressiva, por outro lado, apresentava, contraditoriamente, um ambiente “suavizado” pelas vivências das mães com seus filhos, em meio à “dureza” do ambiente.

No caso específico das mães encarceradas, estas são duplamente discriminadas. Elas romperam com dois modelos construídos em torno do conceito de gênero. O primeiro que afirma que as mulheres são mais frágeis e menos perigosas do que os homens; o segundo, que as mães boas cuidam dos filhos durante anos e jamais os abandonam.

Não buscamos problematizar a convivência, nem tão pouco as relações entre mães e filhos, até porque este não era o foco da pesquisa, mas não podemos esquecer que a vida segue enquanto as mulheres estão presas. A vida e todas as situações que a rodeiam não podem ser trancadas, igualmente estavam àquelas mulheres.

Para além dos motivos que levaram as mães-presas à prática criminosa, a pesquisa mostrou que a situação de encarceramento não tem favorecido a manutenção dos vínculos entre elas e os filhos. Nos casos em que os filhos continuam mantendo contato com essas mulheres, eles são submetidos aos mais desprezíveis rituais de controle para irem ao encontro delas. Estamos falando das revistas que não se restringem apenas aos alimentos, mas atingem também os corpos dos visitantes, inclusive das crianças.

Para Lemgruber (1999, p. 49), a mensagem oculta deste contexto é aquela que se a mãe é uma criminosa, o filho também pode ser ou se tornará um dia. A fim de ilustrar sua opinião, a autora cita a seguinte fala de uma mãe presa: [...] “Sinto muita vergonha do meu filho ter que passar por esse vexame. Ele não tem culpa da mãe estar presa.” Nesse depoimento, a humilhação é a marca que permeia as relações afetivas entre mães-presas e seus filhos.

#### **4 Conclusão**

No que tange as prisões femininas brasileiras, essas ainda não foram suficientemente estudadas, especialmente no que se refere aos danos psicológicos que elas podem causar para as internas e seus filhos em virtude do isolamento que provocam. Minha reaproximação das prisões, nesta pesquisa, deu-se pelo interesse em estudar, dentre outros elementos, a maternidade, que tem uma repercussão psicológica e social fundamental. Passei algum tempo em companhia de mães encarceradas buscando conhecer suas manifestações amorosas por seus filhos e verificar se e como esse amor sobrevivia à tão dolorosa experiência da reclusão.

O contato com elas me permitiu saber de suas dores, medos, arrependimentos, alegrias e esperanças e admitir que não seria justo afirmar que essas mães não sintam arrependimento, desejo de mudança, tristeza e amor por seus filhos.

Os achados desta pesquisa permitem afirmar que mulheres mães, que se encontram em situação de encarceramento, fazem parte de uma realidade socialmente construída de múltiplas contradições e constituída a partir de relações de gênero específicas. Portanto, não há como prevê os impactos que a prisão possa causar na vida dessas mães, uma vez que a situação de exclusão e violência a que essas mulheres são e/ou foram expostas, já são por si só, elementos que refletem

negativamente uma possível reinserção social, E, na condição de mães, tal reinserção torna-se ainda mais desafiadora.

Com raras exceções, as mulheres encarceradas no Júlia Maranhão haviam cometidos desde infrações leves com o emprego de pouca ou nenhuma violência até crimes bárbaros. Entretanto, ocupavam o outro lado da história: eram submetidas à violência e ao descaso estatal, deixadas à mercê da própria sorte para lidarem com as adversidades da vida. A prisão, na trajetória de vida dessas mulheres, mostrava-se apenas como mais uma das situações difíceis por elas vivenciadas. O contato com dada realidade permitiu ver outros aspectos para além das dicotomias descritas acima, não somente com relação a estas mulheres como pessoas, mas também as distinções que, com uma destacada rapidez, fazemos entre “elas” (presas) e “nós” (livres).

As mulheres entrevistadas manifestaram preocupação em relação à saída da prisão, à colocação no mercado de trabalho que já era difícil antes da prisão e se torna praticamente impossível após a liberdade, especialmente, em função do estigma que passa a carregar e pela organização social falha e preconceituosa a que foram submetidas. Observa-se, também, que a preocupação revelada por elas, diz respeito à identificação com papéis socialmente marginais e o sentimento de incapacidade decorrente da situação de aprisionamento. Dessa forma, destaca-se a importância da formação pessoal da encarcerada, mesmo que esta ocorra no interior da prisão.

## **Referências**

ARENDT, H. **A condição humana**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

\_\_\_\_\_. **Sobre a Violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BRASIL. **Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres/PR**. Plano Nacional de Políticas para as mulheres. Brasília-DF, 2005.

LEMGRUBER, J. **Cemitério dos vivos**: análise sociológica de uma prisão de mulheres. 2.ª ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1999.

ZALUAR, Alba. Crime organizado e crise institucional. In: **Violência & Sociedade**. São Paulo: Editora Letras & Letras, 2003. p. 35- 54.